

**ACTA NÚMERO 32/XI/1ª**

**23.Março.2010 – 15h00**

Aos 23 dias do mês de Março de 2010, pelas 15:00 horas, reuniu, na Sala 11 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Educação e Ciência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de Actas**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Audição por Requerimento do BE “sobre os vários aspectos da actuação da Parque Escolar E.P.E.” - 15h00**

- Tiago Mota Saraiva e outros

**5. Audição por Requerimento do BE “sobre os vários aspectos da actuação da Parque Escolar E.P.E.” - 16h00**

- Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços

**6. Audição por Requerimento do BE “sobre os vários aspectos da actuação da Parque Escolar E.P.E.” - 17h00**

- Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas

**7. Projecto de Lei nº 160/XI/1ª-PCP - Regime Jurídico da Educação Especial**

- Apresentação pelo autor e debate

**8. Projecto de Resolução 74/XI (PCP) - Extingue a empresa «Parque Escolar, E.P.E.» e cria uma estrutura orgânica pública, sob tutela do Ministério da Educação.**

- Discussão em Comissão

**9. Data da próxima reunião**

**Dia 24.Março.2010 – 11h00**

**Dia 30.Março.2010 – 15h00 (Audição da Ministra da Educação)**

**Dia 31.Março.2010 – 11h00 (Reunião aberta a todos os Deputados)**



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

---

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP e do PEV.

### 2. Aprovação de Actas

As actas relativas às reuniões de 16 e 17 de Março foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

### 3. Comunicações do Presidente

**3.1.** O Senhor Presidente comunicou que foi adiada para o dia 31 de Março, às 11h00, a audição à Ordem dos Arquitectos, prevista para o dia 24 de Março, por impedimento dos seus representantes.

**3.2.** Referiu-se, de seguida, ao relatório elaborado pelas Deputadas Maria do Rosário Carneiro e Teresa Venda sobre a apreciação parcial de alguns aspectos decorrentes do Decreto-Lei n.º3/2008, já distribuído a todos os membros da Comissão, tendo-se considerado dispensável a sua apresentação em Comissão.

**3.3.** Por último, transmitiu que decorrerá em Madrid, no próximo dia 25 de Março, uma reunião de Presidentes das Comissões de Ciência e Inovação, no âmbito da Presidência espanhola da União Europeia. Tendo sido concedida autorização para a sua participação, por parte do Senhor Presidente da Assembleia da República, a mesma não se afigurou possível, por se encontrar agendada, para esse mesmo dia, a votação do Projecto de Resolução relativo ao Programa de Estabilidade e Crescimento.

**3.4.** A Senhora Deputada Manuela de Melo (PS) comunicou que, na sequência da reunião com o Conselho Nacional de Educação, foi agendada, para o dia 7 de Junho, a conferência “O que deve ser a escola numa sociedade do conhecimento”, a organizar pelo Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário.

### 4. Audição por Requerimento do PCP e do BE “sobre os vários aspectos da actuação da Parque Escolar E.P.E.”

Na sequência da aprovação do requerimento oral apresentado pelos deputados do PCP e do BE, foi feita a audição dos arquitectos Tiago Mota Saraiva, Luís Afonso, Miguel Marcelino e André Castro Santos, que estão a promover uma petição online sobre ajustes directos da empresa Parque Escolar.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) explicitou a razão da audição e solicitou aos arquitectos toda a informação de que disponham.

O arquitecto Tiago Saraiva questionou a atribuição à empresa de um regime excepcional de contratação por ajuste directo (particularmente de projectos de arquitectura e engenharia), que teve como fundamento a dinamização da economia e tem vindo a ser prorrogado anualmente. Nesse âmbito indicou que daí têm resultado, nomeadamente, as seguintes consequências:

- ✓ Não há júris e as adjudicações são feitas pelo Conselho de Administração da empresa;
- ✓ Não são fixados previamente os critérios de adjudicação;
- ✓ Não se conhece a fundamentação das adjudicações.

Assim, entendem que se verifica falta de transparência nas contratações de todo o processo de modernização da rede pública de escolas secundárias, o qual configura uma operação importante a nível dos arquitectos e engenheiros, bem como do Orçamento do Estado e que não se comprova que do processo tenha resultado a dinamização da economia.

Intervieram depois os Senhores Deputados Miguel Tiago (PCP), Artur Rego (CDS-PP), João Prata (PSD), Sofia Cabral e Bravo Nico (PS) e Ana Drago (BE), que colocaram várias questões sobre as contratações e deram algumas indicações sobre a posição dos respectivos grupos parlamentares.

Por último o arquitecto Tiago Saraiva reforçou as questões da falta de transparência e referiu que não obstante o código de ética da empresa seja muito rigoroso, não se sabe se tem vindo a ser aplicado, entendendo ainda que o regime excepcional de contratação não serve o interesse público, devendo ser revogado.

A audição foi gravada, estando disponível em registo áudio.

#### **5. Audição por Requerimento do BE “sobre os vários aspectos da actuação da Parque Escolar E.P.E.”**

Estiveram presentes na audição os seguintes representantes da AECOPS, Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços: Eng<sup>o</sup> Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente) e Dr. José Tomaz Gomes (Vice-Presidente).

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) justificou a apresentação do requerimento para a audição, manifestando preocupação com a grande percentagem de adjudicações por ajuste directo feita pela empresa Parque Escolar e com a forma dos respectivos processos.

O Presidente da AECOPS referiu que os projectos da Parque Escolar são quase os únicos projectos públicos em execução e realçou que praticamente todos os países europeus, no âmbito do combate à crise, investiram no parque escolar.

Seguidamente indicou as duas questões principais que a Associação levantou em relação ao processo de modernização da rede pública de escolas secundárias desenvolvido pela Parque Escolar:

- ✓ A existência de lotes com escolas de localidades diferentes, aceitando que isso possa acontecer em relação a escolas da mesma localidade, mas preferindo que os processos sejam por escola;
- ✓ Inclusão simultânea, nos contratos, dos trabalhos das obras e bem assim da manutenção das escolas, quando nem todas as empresas podem fazer manutenção.

Intervieram depois os Senhores Deputados Miguel Tiago (PCP), Artur Rego (CDS-PP), Amadeu Albergaria (PSD) e Ana Drago (BE), que colocaram várias questões sobre as contratações, eventuais pressões para se acelerar a conclusão das obras (embora com aumento de custos), controlo das obras no terreno, emprego gerado pelas obras, timing de candidaturas ao QREN, queixas das empresas associadas e deram algumas indicações sobre a posição dos respectivos grupos parlamentares.

Os Senhores Deputados Sofia Cabral e Bravo Nico (PS) salientaram a importância do programa de recuperação das escolas secundárias, referiram o facto de o modelo de contratação que tem vindo a ser utilizado pela empresa estar previsto em normas específicas e solicitaram a opinião da AECOPS sobre a alegada falta de transparência das contratações.

O Presidente da AECOPS informou que os prazos de garantia das obras, o controlo, a responsabilidade das empresas e os trabalhos a mais, estão sujeitos ao regime jurídico geral e que não conhecem contratações ilegais no âmbito das empreitadas.

Referiu também que a Direcção Geral das Construções Escolares tinha uma prática de fazer obras muito parceladas, pelo que realização de obras por escola ou grupo de escolas tem gerado contestação de algumas empresas, repetindo a sua posição pessoal de que a intervenção deve ser por escola.

Em relação à manutenção dos edifícios entende que deve ser vista em duas vertentes, a saber, a do estado do edifício, integrável na contratação da obra e a do funcionamento do edifício (em termos de electricidade, avac, etc), que normalmente é feita por empresas diferentes das que fazem as obras, pelo que entende que não deve ser inserido em conjunto com a empreitada.

Mencionou ainda que o QREN teve um grau de aplicabilidade muito inferior ao desejável.

A audição foi gravada, estando disponível em registo áudio.

**6. Audição por Requerimento do BE “sobre os vários aspectos da actuação da Parque Escolar E.P.E.”**

Estiveram presentes na audição os seguintes representantes da AICCOPN: Eng<sup>o</sup> Rui Campos (Presidente), Dr. Luís Saraiva (Secretário-Geral) e Dra. Sónia Oliveira (Assessora da Direcção).

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) justificou a apresentação do requerimento para a audição de várias entidades envolvidas no programa de requalificação e modernização das escolas secundárias com a preocupação em relação aos métodos pouco claros utilizados pela Parque Escolar, designadamente no que se refere à opção pelo ajuste directo e pela adjudicação com consulta prévia.

O Eng<sup>o</sup> Reis Campos começou por apresentar a AICCOPN, uma empresa sediada no Porto e que conta com 8500 empresas. Em relação à actuação da Parque Escolar, esclareceu que em Janeiro de 2008 fez chegar uma carta ao Ministério da Educação, contestando o modelo de concurso da primeira fase, nomeadamente em relação ao agrupamento de escolas em lotes e a exigência do alvará de classe 9 para todas as empresas participantes.

Desde então, e ao longo da segunda e terceira fases, a Parque Escolar tem vindo a responder a algumas das contestações apresentadas, corrigindo exigências e diversificando as condições dos concursos. Nesta última fase, assiste-se a um comportamento diferente por parte da Parque Escolar, permitindo-se a participação do maior número possível de empresas e prevê-se, numa próxima fase e na construção dos centros escolares, a abertura à participação de outras empresas.

Por último, fez referência ao interesse manifestado pelas empresas da classe 6 em poderem concorrer em futuros concursos.

Intervieram os Senhores Deputados Artur Rego (CDS-PP) e Amadeu Albergaria (PSD), que colocaram diversas questões, designadamente no que se refere à transparência dos concursos, retorno para a economia portuguesa da concentração em grandes grupos, impacto da construção dos centros escolares no que diz respeito à promoção de emprego a nível local, vínculo laboral dos trabalhadores, duração de contratos, acompanhamento das obras por parte da comunidade educativa, modelo de gestão e plano de manutenção das escolas e procedimentos subjacentes à subcontratação.

A Senhora Deputada Sofia Cabral (PS) referiu a importância do programa de recuperação das escolas secundárias, o facto de o modelo de contratação que tem vindo a ser utilizado pela empresa estar previsto em normas específicas e solicitou a opinião da AICCOPN sobre a alegada falta de transparência das contratações.

Os representantes da AICCOPN consideraram não se verificarem, actualmente, irregularidades na actuação da Parque Escolar.

Transmitiram ainda que o sector da construção possui hoje cerca de 520 000 trabalhadores, um número que tem vindo a decrescer nos últimos anos e que continuará a diminuir, devido à ausência de novas obras. Manifestaram também preocupação em relação ao futuro do sector, quando estiverem concluídas as obras de modernização e requalificação das escolas secundárias.

Clarificaram, por fim, que uma empresa pode candidatar-se em consórcio e participar neste e noutros programas, através de subempreitadas.

A audição foi gravada, estando disponível em registo áudio.

#### **7. Projecto de Lei nº 160/XI/1ª-PCP - Regime Jurídico da Educação Especial**

A apresentação do Projecto de Lei foi adiada para a reunião do dia seguinte.

#### **8. Projecto de Resolução 74/XI (PCP) - Extingue a empresa «Parque Escolar, E.P.E.» e cria uma estrutura orgânica pública, sob tutela do Ministério da Educação.**

A discussão do Projecto de Resolução foi adiada para a reunião do dia seguinte.

#### **9. Data da próxima reunião**

**Dia 24.Março.2010 – 11h00** (Reunião aberta a todos os Deputados)

**Dia 30.Março.2010 – 15h00 (Audição da Ministra da Educação)**

**Dia 31.Março.2010 – 11h00** (Reunião aberta a todos os Deputados)

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

Palácio de São Bento, 23 de Março de 2010

O Presidente

Luiz Fagundes Duarte



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

---

**FOLHA DE PRESENÇAS**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria  
Ana Drago  
Bravo Nico  
Emídio Guerreiro  
João Prata  
João Sequeira  
Luiz Fagundes Duarte  
Manuel Mota  
Manuela de Melo  
Margarida Almeida  
Miguel Tiago  
Nuno Araújo  
Paula Barros  
Pedro Rodrigues  
Raquel Coelho  
Rosalina Martins  
Sofia Cabral  
Vânia Jesus  
Antonieta Guerreiro  
Artur Rêgo  
Conceição Casa Nova  
Isabel Coutinho  
Odete João  
Paulo Barradas  
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Michael Seufert

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia  
José Ferreira Gomes  
José Manuel Rodrigues  
Teresa Damásio